

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Preguiça regional

Os Antigos Combatentes vieram criticar, esta semana, os deputados regionais pelo atraso em adaptarem uma lei nacional à região que traz benefícios na compra de medicamentos.

A lei já entrou em vigor no primeiro dia do ano e os Antigos Combatentes açorianos estão sem beneficiar dela devido a esta negligência regional.

Pior ainda: o Núcleo dos Antigos Combatentes de S. Miguel e Santa Maria alertou o parlamento para a necessidade da adaptação em Outubro passado (!), ao que o gabinete parlamentar respondeu, em 28 Outubro de 2024, que “o assunto foi comunicado aos senhores Deputados da Assembleia para apresentação de iniciativas legislativas”.

E por aí ficou, até hoje!

O que está em causa é o Decreto-Lei 61/2024 de 30 de setembro, que atribui benefícios adicionais de saúde aos Antigos Combatentes, nomeadamente através da comparticipação dos medicamentos em 50% a partir de 1 de Janeiro de 2025 e 100% a partir de 1 de Janeiro de 2026.

É confrangedor constatar como os representantes dos cidadãos açorianos se desligam dos problemas das pessoas, lembrando-se delas apenas nos períodos das campanhas eleitorais.

Uma fonte política conhecedora deste processo diz-nos, por outro lado, que a lei é nacional e, portanto, aplica-se à Região, faltando apenas uma portaria do Governo Regional a definir a utilização do Serviço Regional de Saúde nesta questão, nomeadamente a relação com as farmácias para apuramento dos valores devidos, a fim de enviar, depois, as facturas para o Governo da República.

Seja de quem for a responsabilidade para resolver este problema, que se arrasta há meses, é legítimo perguntar: os deputados, que são lesto a gastar manhãs inteiras com votos de congratulação maioritariamente absurdos, não têm um tempinho para se dedicarem a um assunto tão importante para a vida dos Antigos Combatentes?

E o governo, que fala tanto em “eficiência na resposta aos cidadãos”, não dispõe de tempo para esclarecer ou decidir como se resolve este problema?

E depois querem que os cidadãos acreditem na credibilidade da política e dos políticos...

Armadilha na estrada

Já são muitos acidentes mortais na via rápida da Lagoa. Alguma coisa está a falhar.

E uma delas, segundo nos dizem, é aquela passagem abrupta de duas vias para uma, sem separadores ou segurança que se impõe.

Como alguns já dizem, é uma estrada armadilhada.

As SCUTs são concessionadas, mas a estrada é nossa, da Região, pelo que se impõe a pergunta: as autoridades regionais não fazem nada?

Ou é só pagar milhões à empresa concessionária?

Mais quantas mortes são precisas para se mexerem?

Média dos novos apartamentos em P. Delgada dispara para 3.405 euros /m2

Ponta Delgada é das cidades do país onde a construção nova de casas é mais cara, tendo os preços disparado no final do ano, quando se começou a falar da garantia pública para os jovens no crédito à habitação e a consequente procura.

A plataforma imobiliária idealista revela que, no final de Dezembro, existiam em Ponta Delgada 60 apartamentos novos, a um preço médio de 3.405 euros o metro quadrado.

Ponta Delgada era a 12ª cidade mais cara entre as 17 do país que apresentam os valores mais altos.

O mercado da construção nova tem sido impulsionado pela atividade nos distritos do Porto e de Lisboa, uma vez que, juntos, estes territórios representam mais de 60% dos novos projetos.

Logo a seguir está o distrito de Faro, representando cerca de 15% dos novos empreendimentos residenciais.

Em destaque está o município do Porto, que concentra o maior número de novos apartamentos à venda no final de 2024 (quase 3.500 unidades).

Logo a seguir está Lisboa (2.843 casas), Funchal (763) e Braga (451). Por outro lado, são os municípios do interior onde há menos casas novas à venda, como Vila Real, Guarda e Bragança, revelam ainda os dados do idealista/data.

Comprar uma casa nova em Lisboa revela-se num desafio, visto que o preço médio atingiu os 7.500 euros/m2 no último trimestre de 2024, o maior valor entre todas as grandes cidades analisadas.

Isto que dizer que uma casa nova de 50 metros quadrados (m2) custará cerca de 375 mil euros e uma habitação de 100 m2 custará 750 mil euros.

O preço das casas novas na capital portuguesa é bem superior face às outras cidades. Depois de Lisboa, o maior custo foi registado no Porto (3.989 euros/m2).

Menos de 2 mil euros/m2

E, além do município da Invicta, contam-se mais sete grandes cidades que registam valores das casas novas superiores a 3.000 euros/m2: Funchal, Setúbal, Aveiro, Viana do Castelo, Ponta Delgada, Faro e Coimbra.

É possível comprar casas novas em Portugal por menos de 2.000 euros/m2 em apenas duas grandes cidades: Guarda e Bragança.

Segundo o INE, a habitação continua a ser a força motriz da construção, representando mais de 75% dos edifícios licenciados até Novembro de 2024* (um total de 15.219 prédios).

Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) indicam que foram licenciadas mais de 31.000 novas casas até Novembro de 2024, um número superior ao resultado anual de 2022 e de 2021 - e com potencial para ultrapassar o fogos licenciados em 2023.

“Mais de 70% de todos os fogos que entrarão no mercado nos próximos meses ou anos terão dois ou três quartos”, refere ainda.

Casas novas em Portugal: em que cidades há mais?

Preços médios para cada capital de distrito
Número de apartamentos novos anunciados no idealista em dezembro 2024

	Número de novos apartamentos	Preço (euros/m2)
Porto	3 449	3 989
Lisboa	2 843	7 500
Funchal	763	3 841
Braga	451	2 755
Faro	388	3 357
Aveiro	312	3 431
Coimbra	231	3 346
Setúbal	152	3 785
Leliria	143	2 280
Viana do Castelo	132	3 408
Viseu	89	2 238
Ponta Delgada	60	3 405
Castelo Branco	24	2 125
Santarém	11	2 070
Bragança	9	1 989
Guarda	8	1 575
Vila Real	7	2 321